

## RCI Banque

### **RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, S.A**

**SEDE:**

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 12-E, 1950 – 096 Lisboa  
Capital Social: 13.722.500 Euros  
Pessoa Colectiva N.º 500 970 599  
Matrícula C.R.C. LISBOA Nº 351

### **DISCIPLINA DO MERCADO**

**Aviso do Banco de Portugal nº 10/2007**

**Exercício 2013**

## ÍNDICE

1. Introdução .....	2
Anexo I – Declaração de responsabilidade .....	2
Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco.....	2
1. Âmbito de aplicação .....	2
2. Integração em conglomerado financeiro .....	3
3. Objectivos e políticas em matérias de gestão de risco .....	3
Anexo III – Adequação de Capitais.....	8
Secção A – Informação Qualitativa.....	8
Secção B – Informação Quantitativa / Modelos.....	9
Anexo IV – Risco de crédito de contraparte .....	12
Anexo V-A – Risco de Crédito .....	12
Secção A – Informação Qualitativa.....	12
Secção B – Informação Quantitativa / Modelos.....	15
Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão .....	17
Secção A – Informação Qualitativa.....	17
Secção B – Informação Quantitativa / Modelos.....	18
Anexo V-C – Risco de Crédito – Método das Notações Internas .....	18
Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito.....	18
Anexo VII – Operações de Titularização.....	20
Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação.....	20
Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação.....	20
Anexo X - Posições em Risco sobre Acções da Carteira Bancária .....	20
Anexo XI- Risco Operacional .....	20
Secção A – Informação Qualitativa.....	20
Secção B – Informação Quantitativa / Modelos.....	22
Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital.....	22
Secção A – Informação Qualitativa.....	22
Secção B – Informação Quantitativa / Modelos .....	28

## 1. Introdução

O presente documento incide sobre a sociedade RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA supervisionada directamente pelo Banco de Portugal.

Em cumprimento do estabelecido no Aviso 10/2007 a RCI GEST IFIC – Instituição Financeira de Crédito, S.A., apresenta a informação requerida sobre os riscos incorridos atendendo aos objectivos estratégicos e aos processos e sistemas de avaliação e gestão instituídos com referência ao final do exercício de 2013.

## Anexo I – Declaração de responsabilidade

1. O Conselho de Administração da RCI GEST IFIC, S.A., declara para os devidos efeitos que:

**1.1.** Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;

**1.2.** Assegura a qualidade de toda a informação divulgada no presente documento, bem como as menções referentes à RCI GEST IFIC, S.A.;

**1.3.** Compromete-se a divulgar, tempestivamente, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o presente documento se refere.

2. Não se verificaram eventos relevantes ocorridos entre o termo do exercício e a data de publicação deste documento.

## Anexo II – Âmbito de aplicação e políticas de gestão do risco

### 1. Âmbito de aplicação

#### 1.1. Designação da instituição e perímetro de consolidação para fins prudências

A RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA (RCI IFIC ou Sociedade), iniciou a sua actividade a 01 de Março de 2007 (com efeitos retroactivos a 01 de Janeiro de 2007), em resultado da transformação da sociedade RCI Gest

Sociedade de Comércio de Automóveis, SA, com início de actividade a 7 de Maio de 1980, numa Instituição Financeira de Crédito, e passou a estar sujeita à supervisão do Banco de Portugal.

A sua sede é em Lisboa, na Rua José Espírito Santo, Lote 12-E e tem como objecto social a locação financeira. Conforme indicado na Nota 16, a Sociedade é detida a 100% pela sociedade RCI Banque, SA.

#### **1.2. Diferenças a nível da base de consolidação para efeitos contabilísticos e prudenciais**

Não aplicável para a RCI GEST IFIC, SA;

#### **1.3. Eventuais impedimentos significativos, de direito ou de facto, actuais ou previstos, a uma transferência rápida de fundos próprios ou ao pronto reembolso de passivos entre a empresa-mãe e as suas filiais;**

Não aplicável para a RCI GEST IFIC, SA;

#### **1.4. Filiais não incluídas no perímetro de consolidação para fins prudenciais, cujos fundos próprios efectivos sejam inferiores ao nível mínimo requerido**

Não aplicável para a RCI GEST IFIC, SA;

#### **1.5. Filiais incluídas no perímetro de consolidação para fins prudenciais, se aplicável, circunstâncias para a não aplicação das obrigações relativas ao nível mínimo de fundos próprios e aos limites aos grandes riscos, numa base individual**

Não aplicável para a RCI GEST IFIC, SA;

### **2. Integração em conglomerado financeiro**

A RCI GEST IFIC, S.A. é uma instituição financeira do Grupo Renault, detida a 100% pela sociedade RCI Banque, SA que financia, essencialmente veículos das marcas Renault, Dacia e Nissan.

### **3. Objectivos e políticas em matérias de gestão de risco**

#### **3.1. Estratégias e processos de gestão de risco**

O modelo de gestão implementado pela RCI GEST IFIC, SA baseia-se na separação das funções de medição, de decisão e de controlo dos riscos.

As categorias de risco consideradas são as seguintes: risco de crédito, de taxa de juro, de liquidez, de mercado e risco operacional.

O Risco de Crédito encontra-se associado à possibilidade de incumprimento efectivo da contraparte, que se consubstancia no não pagamento integral ou parcial e pontualmente, quer do capital em dívida, quer dos juros correspondentes aos financiamentos concedidos. Representa a componente de risco com maior relevo na actividade do nosso Grupo.

É feito mensalmente um seguimento individual dos clientes com dívidas. Tendo por base um ficheiro de controlo onde consta o valor e antiguidade da dívida, o montante vencido e vincendo, a partir do qual é feita uma análise para seguimento e controlo do valor a provisionar.

O Risco de Taxa de Juro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos nas taxas de juro.

Encontra-se definida e centralizada na RCI Banque a política de refinanciamento e seguimento do risco de taxa de juro. Desta forma a sociedade tendo em conta os procedimentos definidos e por forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI BANQUE - entidade não residente.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro, é efectuado através de um sistema de informação, intitulado “Cristal”, que tem como referência a “Charte Cristal”.

O Risco de Liquidez consiste no risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a compromissos assumidos, por indisponibilidade de fundos líquidos ou dificuldades na sua obtenção a preços de mercado, nos mercados monetários.

O acompanhamento do risco de liquidez em Portugal está integrado no seguimento do risco do Grupo RCI BANQUE. A situação de liquidez do Grupo RCI BANQUE é objecto duma vigilância permanente e de um “Reporting” mensal apresentado ao Comité Financeiro do Grupo.

O Risco Operacional consiste no risco de perdas resultantes de falhas internas ao nível dos sistemas, dos procedimentos ou provocadas pelos recursos humanos ou por acontecimentos externos.

Em matéria de riscos operacionais a gestão e o seguimento, assenta na política definida pelo Grupo RCI BANQUE

- Implementação de um dispositivo de gestão do risco operacional, como resposta aos princípios de Basileia II, tendo como documento de referência a “Carta de Gestão e Seguimento dos Riscos Operacionais” e a Cartografia de Processos, que definem os principais processos e níveis de responsabilidade.

Anualmente, os riscos associados aos processos e os controlos para mitigar esses riscos, são objecto de avaliação de acordo com a importância (nível de risco) conforme regras definidas anualmente pelo Grupo. Esta avaliação é realizada pelos gestores dos diversos processos, sendo o resultado bem como os planos de acções, com vista a colmatar as deficiências identificadas, validado em Comité de Riscos Operacionais, constituído pelos membros do Comité de Direcção.

De referir, outros instrumentos de seguimento de riscos operacionais disponíveis: colecta de incidentes e indicadores de risco operacional (KRI's) por domínio de actividade que permitem conhecer o nível de exposição ao risco, e agir correctiva e preventivamente.

O Controlo Interno da filial procede ao seguimento do controlo dos riscos operacionais e reporta à RCI BANQUE os resultados.

### **3.2. Estrutura e organização da função relevante de gestão de risco**

A estrutura da RCI GEST IFIC, SA com directa influência na gestão dos riscos de crédito, de mercado, liquidez e operacional é essencialmente constituída pelos seguintes unidades:

Conselho de Administração é apoiado, em alguns domínios da actividade, por vários Comités estabelecidos que reúnem com regularidade e que têm como objectivo efectuar uma análise mais específica das diversas áreas com o inerente seguimento do capital interno e riscos.

O Comité de Crédito Clientes Retalho, analisa o risco Cliente, e de acordo com os procedimentos definidos pela RCI BANQUE (Corporate) define as regras de aceitação relativas aos clientes de todos os segmentos, particulares, empresas e observa a evolução da performance da aprovação de créditos. Neste comité é feito um seguimento dos indicadores de aceitação de crédito, bem como de gestão operacional, das operações aprovadas.

O Comité Risco Rede, analisa e coordena com os construtores as acções de gestão do risco de crédito no que respeita às Redes de Concessionários. Está no âmbito deste comité a análise da situação financeira da Rede e tratamento de dossiers específicos, bem como a definição das políticas conjuntas de limitação do risco.

O Comité de Marketing analisa o mercado nas suas vertentes concorrência e necessidades e tendência dos clientes finais segmento retail e empresa, definindo então uma estratégia e planos de acção de acordo com os objectivos definidos no orçamento e previamente delineados com os construtores.

Estes planos de acção são a materialização/operacionalização das tarificações de cada uma das marcas Renault Gest e Nissan Gest. A tarificação tem um procedimento próprio e a sua aprovação é formalizada mediante a assinatura da ficha de decisão respectiva, conforme procedimento.

O Comité de Gestão visa fornecer um conjunto chave de indicadores de gestão, permitindo seguir a actividade da empresa, acompanhar os objectivos estratégicos, bem como a definição das acções para aumentar a qualidade desta gestão.

O Comité de Controlo Interno, Riscos Operacionais e Conformidade é constituído por todos os Membros do Comité de Direcção, e organizado pelo controlador Interno. Reúne trimestralmente e tem como principal missão:

- a pilotagem e animação do controlo interno na instituição, de acordo com as regras, definidas pelo Grupo RCI Banque e formalizadas na Carta de Controlo Interno;
- apresentação da política anual de gestão de riscos operacionais definida pela RCI Banque para as filiais; promover a validação das conclusões do exercício anual de cotação dos riscos operacionais identificados e dos planos de acção de melhoria;
- seguimento dos indicadores de risco operacional, por actividade (KRI), apresentação dos desvios face ao estimado e das acções de progresso;
- informar / relançar sobre as evoluções regulamentares com impacto na actividade; promover a colecta de incidentes de não conformidade e seguir os planos de acção correctivos e preventivos;
- submeter a aprovação o calendário anual das inspecções de controlo interno, a realizar aos processos de maior risco;
- fazer o seguimento do resultado das inspecções realizadas no trimestre e das recomendações/acções, após aceitação das Direcções envolvidas;
- seguimento dos planos de acção de auditorias Grupo.

O Comité de Risco Clientes, visa apreciar a evolução da performance da recuperação de crédito dos clientes devedores, nas diferentes fases de recuperação. Faz ainda o seguimento da actividade de vendas de veículos usados.

O Comité Operacional Informático é constituído pelo responsável informático e pelos membros do Comité de Direcção. Tem como objectivos:

- Efectuar um ponto de situação do budget global para a informática.

- Aprovar os desenvolvimentos no que respeita a manutenção evolutiva ao nível das aplicações informáticas.
- Aprovar o lançamento de novos projectos informáticos, efectuar pontos de situação periódicos, obter decisões sobre pontos de bloqueio bem como apresentar o seguimento em termos de qualidade e cumprimento de prazos e custos, em função do planning e budget respectivo.

O Comité Jurídico e Fiscal, visa apresentar o ponto de situação dos processos jurídicos, fiscais e de contencioso e ainda informar das alterações legislativas e evoluções regulamentares.

### 3.3 – Âmbito e natureza dos sistemas de informação e medição do risco

Para os clientes particulares a RCI GEST IFIC, SA obedece a regras de um sistema de aceitação automático de (Score) definido de acordo com os princípios do Grupo. O Score de um dossier constitui instrumento de ajuda à tomada de decisão para o Analista de Risco. Os referidos dossiers de cliente particular obterão, após submissão ao scoring, um de três resultados possíveis: 1 - Verde; 2 - Laranja; 3 - Vermelho.

#### Regras Gerais de Aceitação

- a) Todas as Propostas de Financiamento terão de ser submetidas ao Scoring antes da tomada de decisão;
- b) Todos os scores são sujeitos em automático à verificação das responsabilidades de crédito do Banco de Portugal.
- c) Todos os scores vermelhos deverão ser recusados pelo Analista de Risco ou em alternativa propor que seja aceite em derrogação pelo Departamento de Clientes;

#### Análise aos Valores de Seguimento

Quando se trate de um cliente que já conste da base de dados da RCI GEST IFIC, SA é necessário efectuar uma análise do seu histórico em termos de Valores de Seguimento.

Para o financiamento a empresas obedece a uma Ficha de Cotação (Rating) que constitui um instrumento de ajuda à tomada de decisão. Através dele obter-se-á o diagnóstico económico-financeiro de uma empresa e a sua classificação em termos de classe de risco a ela associada.

De acordo com aquela classificação os rácios são ponderados, sendo que, no final, a classificação é dada em classes – A, B ou C (Verde), D ou E (Laranja) e F (Vermelho).

### 3.4 – Políticas de cobertura e de redução do risco

De forma a controlar e reduzir os riscos da instituição, estão estabelecidas normas e procedimentos diversos. Relativamente ao risco de crédito, um dos principais riscos da instituição, a RCI Gest IFIC, SA segue o preconizado pelo grupo.

Privilegia-se não só a profissionalização da aceitação como também as acções de prevenção e a segregação de funções.

As Regras de Aceitação do Financiamento Cliente são definidas pelo Departamento de Clientes em conjugação com as regras grupo - Direcção de Crédito da RCI BANQUE.

### 3.5 – Estratégias e processos de monitorização

A monitorização dos indicadores de risco de crédito é da competência do Comité de Crédito e pelo Comité de Risco Clientes, que tal como foi referido anteriormente, analisa o risco Cliente, e de acordo com os procedimentos definidos pela RCI BANQUE (Corporate) define as regras de aceitação relativas aos clientes de todos os segmentos, particulares, empresas e observa a evolução da performance da recuperação de créditos dos clientes devedores.

## Anexo III – Adequação de Capitais

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1.1. Síntese das principais características das diferentes rubricas e componentes dos fundos próprios, em particular sobre capital realizado, interesses minoritários elegíveis, outros elementos elegíveis ou dedutíveis aos fundos próprios de base e, se aplicável, passivos subordinados:

Em 31 de Dezembro de 2013, o capital subscrito da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA ascende a 13.722.500 Euros e encontra-se integralmente realizado pela RCI Banque, SA, que detinha 100% das acções representativas do capital social da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA.

#### Reserva Legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital ou do

somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva o equivalente a um mínimo de 10% do resultado líquido de cada exercício, até perfazer o referido montante e só poderá ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica "Outras reservas e resultados transitados" tem a seguinte composição:

	2013	2012
Outras Reservas	25.041	25.041
Reserva Legal	3.217.647	2.835.763
Resultados Transitados	1.660.674	7.696.279
	<u>4.903.361</u>	<u>10.557.082</u>

## 1.2. Síntese do método utilizado pela instituição para a auto-avaliação da adequação do capital interno

O método utilizado actualmente pela RCI GEST IFIC para avaliar a adequação do seu capital interno baseia-se nas regras de solvabilidade definidas pela Instrução 23/2007 do Banco de Portugal: mínimo de 8% de fundos próprios totais para efeito de solvabilidade sobre os activos líquidos ponderados. Mensalmente a Administração e Direcção Financeira da RCI GEST IFIC, SA efectuam a validação do cumprimento do rácio de solvabilidade mínimo exigido. Fazendo uso do disposto na alínea 4 do nº1 da Instrução 15/2007 do Banco de Portugal, no âmbito dos requisitos do Acordo de Basileia, a RCI GEST IFIC, SA elaborou um documento de auto-avaliação da adequação do capital interno (ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process), que reflecte os processos e políticas seguidas pelo grupo.

## 1.3. Indicação do método utilizado pela instituição para apurar a adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro, se aplicável.

Mensalmente a Instituição efectua um reporte dos montantes financiados perante um grupo de clientes ligados entre si, o qual, não pode exceder 25% dos fundos próprios.

Até à data, o único grande risco está no que diz respeito à aliança Renault/Dacia e Nissan. Este último não pode em caso algum exceder 25% dos fundos próprios sob pena de sanção da Comissão Bancária. Assim, RCI Banque deve estar em condições de seguir permanentemente a sua exposição previsional para com o grupo Renault/Nissan.

Existe uma Garantia Bancária para o Grupo RCI Banque, SA que visa cobrir a exposição ao risco.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

### 2. Modelo “Adequação de Capitais”

## 2.1. Para efeitos de fundos próprios:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 1

	2013	2012
<b>1. Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (=Σ(1.1 a 1.5))</b>	<b>21.637.117</b>	<b>26.983.235</b>
1.1. Fundos próprios de base (=Σ(1.1.1 a 1.1.5)) <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1.1 Capital elegível (=Σ(1.1.1.1 a 1.1.1.4))                             <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1.1.1 Capital realizado</li> <li>1.1.1.2 (-) Acções próprias</li> <li>1.1.1.3 Prémios de emissão</li> <li>1.1.1.4 Outros instrumentos equiparáveis a capital</li> </ul> </li> <li>1.1.2 Reservas e resultados elegíveis (=Σ(1.1.2.1 a 1.1.2.6))                             <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1.2.1 Reservas</li> <li>1.1.2.2 Interesses minoritários elegíveis</li> <li>1.1.2.3 Resultados do último exercício e resultados provisórios do exercício em curso</li> <li>1.1.2.4 (-) Lucros líquidos resultantes da capitalização de receitas futuras provenientes de activos titularizados</li> <li>1.1.2.5 Diferenças de reavaliação elegíveis para fundos próprios de base</li> </ul> </li> <li>1.1.3 Fundo para riscos bancários gerais</li> <li>1.1.4 Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base (=1.1.4.1+1.1.4.2)                             <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1.4.1 Impacto na transição para as IIC/IICA (impacto negativo)</li> <li>1.1.4.2 Outros elementos elegíveis para os fundos próprios de base</li> </ul> </li> <li>1.1.5 (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (=Σ(1.1.5.1 a 1.1.5.3))                             <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1.5.1 (-) Imobilizações incorpóreas/Activos Intangíveis</li> <li>1.1.5.2 (-) Excedente em relação a os limites de elegibilidade de instrumentos incluídos nos fundos próprios de base</li> <li>1.1.5.3 (-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base</li> </ul> </li> </ul>		
1.2. Fundos próprios complementares (=Σ(1.2.1 a 1.2.3)) <ul style="list-style-type: none"> <li>1.2.1 Fundos próprios complementares - Upper Tier 2</li> <li>1.2.2 Fundos próprios complementares - Lower Tier 2</li> <li>1.2.3 (-) Deduções aos fundos próprios complementares</li> </ul>	0	0
1.3. (-) Deduções aos fundos próprios de base e complementares <ul style="list-style-type: none"> <li>1.3a Das quais: (-) aos fundos próprios de base</li> <li>1.3b Das quais: (-) aos fundos próprios complementares</li> </ul>		
1.5. Deduções aos fundos próprios totais		
<b>1.4. Fundos próprios suplementares totais disponíveis para cobertura de riscos de mercado</b>		
<b>1.6. Por memória</b>		
1.6.1. (+) Excesso / (-) Insuficiência de provisões nas posições ponderadas pelo risco através do método das Notações Internas <ul style="list-style-type: none"> <li>1.6.1.1 Montante de provisões no método das Notações Internas</li> <li>1.6.1.2 (-) Perdas esperadas determinadas no método das Notações Internas</li> </ul>		
1.6.2. Valor nominal dos empréstimos subordinados reconhecidos como elemento positivo dos fundos próprios		
1.6.3. Requisito mínimo de capital social		
1.6.4. Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos	<b>18.625.861</b>	<b>23.189.436</b>

Unidades: Euros

## 2.2. Para efeitos de requisitos de fundos próprios:

**ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 2**

	2013	2012
<b>2. Requisitos de fundos próprios (=2.1 a 2.6)</b>	<b>10.485.686</b>	<b>12.346.855</b>
<b>2.1. Para risco de crédito, risco de crédito de contraparte, risco de redução dos valores a receber e risco de entrega (=2.1.1+2.1.2)</b>	<b>9.263.956</b>	<b>11.125.126</b>
<b>2.1.1. Método Padrão (=2.1.1.1+2.1.1.2)</b>	<b>9.263.956</b>	<b>11.125.126</b>
<b>2.1.1.1. Classes de risco no método Padrão, excluindo posições de titularização</b>	<b>9.263.956</b>	<b>11.125.126</b>
Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
Créditos ou créditos condicionais sobre administrações regionais ou autoridades legais	318	208
Créditos ou créditos condicionais sobre organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	2.322	3.232
Créditos ou créditos condicionais sobre bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0
Créditos ou créditos condicionais sobre organizações internacionais	0	0
Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	882	462
Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	1.337.091	1.894.281
Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho	4.484.615	8.780.677
Créditos ou créditos condicionais com garantia de bens imóveis	0	0
Elementos vencidos	26.853	32.737
Elementos pertencentes a categorias regulamentares de risco elevado	0	0
Créditos sob a forma de obrigações hipotecárias ou obrigações sobre o sector público	0	0
Créditos sob a forma de organismos de investimento colectivo (OIC)	0	0
Outros elementos	3.411.815	3.713.527
<b>2.1.1.2. Posições de titularização no método Padrão</b>	0	0
<b>2.1.2. Método das Relações Internas (=2.1.2.1 a 2.1.2.6)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.1.2.1. Quando não são utilizadas estimativas próprias de LCD e/ou de factores de conversão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
<b>2.1.2.2. Quando são utilizadas as estimativas próprias de LCD e/ou de factores de conversão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Créditos ou créditos condicionais sobre administrações centrais ou sobre bancos centrais	0	0
Créditos ou créditos condicionais sobre instituições	0	0
Créditos ou créditos condicionais sobre empresas	0	0
<b>2.1.2.3. Créditos ou créditos condicionais sobre a carteira de retalho</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.1.2.4. Créditos sobre acções</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.1.2.5. Posições de titularização</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.1.2.6. Outros activos que não sejam obrigações de crédito</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.2. Risco de liquidação</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.3. Requisitos de fundos próprios para riscos de posição, riscos cambiais e riscos sobre mercadorias (=2.3.1+2.3.2)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.3.1. Método Padrão (=2.3.1.1 a 2.3.1.4)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.3.1.1. Instrumentos de dívida</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.3.1.2. Títulos de capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.3.1.3. Riscos cambiais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.3.1.4. Riscos sobre mercadorias</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.3.2. Método dos Modelos Internos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.4. Requisitos de fundos próprios para risco operacional (=2.4.1 a 2.4.3))</b>	<b>1.221.729</b>	<b>1.221.729</b>
<b>2.4.1. Método do Indicador Básico</b>	<b>1.221.729</b>	<b>1.221.729</b>
<b>2.4.2. Método Standard</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.4.3. Métodos de Medição Avançada</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.5. Requisitos de fundos próprios - Despesas gerais fixas</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>2.6. Requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Unidade: Euros

**2.3. Para efeitos de adequação de capitais:**

O rácio de solvabilidade foi determinado de acordo com o estabelecido na Instrução 23/2007 do Banco de Portugal a 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

**ADEQUAÇÃO DE CAPITAIS - PARTE 3**

	2013	2012
<b>Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios</b>	<b>8.240.650</b>	<b>10.987.404</b>
<b>Rácio de Solvabilidade (%)</b>	<b>14,35%</b>	<b>15,20%</b>
<b>Adequação de fundos próprios ao nível do conglomerado financeiro</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Unidade: Euros

Mensalmente a Administração e Direcção Financeira da RCI Gest IFIC, SA efectuam uma análise dos resultados e actividade da Sociedade, da mesma forma que é feita a validação do cumprimento do rácio de solvabilidade mínimo exigido pela Instrução 23/2007 do Banco de Portugal.

## Anexo IV – Risco de crédito de contraparte

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## Anexo V-A – Risco de Crédito

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1.1. Definições, para efeitos contabilísticos, de “crédito vencido”, de “crédito objecto de imparidade” e de “crédito em incumprimento”

A RCI GEST IFIC, SA classifica em crédito vencido as prestações de capital e juros após o respectivo vencimento e considera-o, a partir desse momento, como crédito em incumprimento. Este é enquadrado nas classes de risco definidas pelo Banco de Portugal, as quais reflectem o escalonamento dos créditos e dos juros vencidos em função do período decorrido, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

A Sociedade procedeu ao desenvolvimento de uma metodologia de cálculo de perdas por imparidade, tendo por base os requisitos definidos pelo IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração.

Para efeitos da determinação da recuperação esperada, cada um dos segmentos divide-se de acordo com a sua situação de incumprimento, nas seguintes categorias:

- Contratos com incumprimento superior a 48 meses – A expectativa de recuperação é nula, pelo que a Sociedade considera que a imparidade corresponde à totalidade do valor em dívida;
- Contratos com incumprimento superior a 90 dias e inferior a 48 meses (“Duvidosos”) – A recuperação esperada corresponde ao valor em dívida dos créditos multiplicado pelas expectativas de recuperação futuras, calculadas com base em informação histórica. Para este efeito, a percentagem é diferenciada tendo em conta se o período de tempo decorrido após entrada em “Duvidosos”.
- Contratos com incumprimento inferior a 90 dias (“Incidentes”) – A imparidade estimada resulta da probabilidade destas operações ultrapassarem os 90 dias de incumprimento determinada com base em informação histórica, e das estimativas de perda em caso dessa situação ocorrer.

## 1.2. Descrição das abordagens e métodos adoptados para a determinação das correções de valor e das provisões;

Estas provisões são constituídas de acordo com o Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, levando em consideração as alterações constantes nos Avisos nº 8/2003 e nº 3/2005, de 30 de Janeiro e 21 de Fevereiro, respectivamente e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

### Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital, juros e outros valores vencidos e não cobrados. O seu montante é apurado através da aplicação de percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e a existência ou não de garantias.

### Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora numa das seguintes situações:

- i) excederem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;
- ii) estarem em incumprimento há mais de:
  - seis meses nas operações com prazo inferior a cinco anos;
  - doze meses nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos; e
  - vinte e quatro meses nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

O capital vincendo destes contratos é então provisionado com base nas mesmas percentagens aplicáveis ao crédito vencido.

São ainda considerados créditos de cobrança duvidosa, os créditos vincendos sobre um mesmo cliente, se o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Nestes casos, os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em metade da percentagem aplicável aos créditos vencidos.

### Provisões para riscos gerais de crédito

Trata-se de uma provisão de natureza geral destinada a fazer face aos riscos associados à realização da carteira de crédito concedido, não identificados especificamente. Esta provisão é calculada por aplicação de uma

percentagem de 1,5% ao crédito não vencido concedido a Particulares e de 1% ao crédito não vencido concedido a Empresas.

### Anulação de juros

A Sociedade anula os juros incluídos nas rendas em atraso de operações de crédito a clientes com antiguidade superior a 90 dias.

### **1.3. Descrição do tipo de correcções de valor e de provisões associadas a posições em risco objecto de imparidade;**

A RCI GEST IFIC desenvolveu uma metodologia de cálculo de perdas por imparidade para efeitos de reporte ao Grupo RCI. Apresentamos de seguida uma breve descrição do mesmo:

#### Análise Individual

São objecto de análise individual pela Sociedade todos os clientes com responsabilidades superiores a um determinado montante definido de forma casuística, que apresentam prestações vencidas. Em 31 de Dezembro de 2013 foi adoptado o limiar de 10.000€.

#### Análise Colectiva

No que se refere à análise colectiva, as recuperações futuras são estimadas com base em informação histórica do comportamento de activos com características semelhantes. Para este efeito, a carteira de crédito concedido sob a forma de locação financeira e de aluguer de longa duração foi segmentada em grupos homogéneos de risco, com base nos seguintes critérios:

- Operações com veículos novos ou usados;
- Operações com empresas ou particulares.

### **1.4. Indicação das correcções de valor e dos montantes recuperados registados directamente na demonstração de resultados, relativa ao exercício de referência e ao exercício anterior;**

Para efeitos da determinação da recuperação esperada, cada um dos segmentos divide-se de acordo com a sua situação de incumprimento, nas seguintes categorias:

- Contratos com incumprimento superior a 48 meses – A expectativa de recuperação é nula, pelo que a Sociedade considera que a imparidade corresponde à totalidade do valor em dívida.
- Contratos com incumprimento superior a 90 dias e inferior a 48 meses (“Duvidosos”) – A recuperação esperada corresponde ao valor em dívida dos créditos multiplicado pelas expectativas de recuperação futuras, calculadas com base em informação histórica. Para este efeito, a percentagem é diferenciada tendo em conta o número de meses decorridos após entrada em “Duvidosos”.
- Contratos com incumprimento inferior a 90 dias (“Incidentes”) – A imparidade estimada resulta da probabilidade destas operações ultrapassarem os 90 dias de incumprimento, determinada com base em informação histórica, e das estimativas de perda em caso dessa situação ocorrer.
- Contratos sem incumprimento – A Sociedade não calcula qualquer imparidade para estes créditos.

No caso dos contratos com incumprimento até 48 meses que se encontrem em contencioso, a expectativa de recuperação é nula, correspondendo a imparidade a 100% do valor em dívida.

### 1.5. Relativamente ao risco de concentração:

O mesmo resulta do facto de a actividade da instituição estar dependente de apenas três marcas, neste caso, Renault, Dacia e Nissan. Assim, o sucesso ou insucesso destas marcas tem consequências directas na actividade da RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA. De qualquer forma, o peso significativo que as referidas marcas têm no mercado automóvel associado à sua estabilidade e à qualidade dos seus procedimentos e controlo dos riscos garantem que o risco de concentração não se apresente a um nível elevado. De qualquer forma, caso aconteça algo que possa ter um impacto relevante na actividade da empresa, a RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, SA terá sempre o apoio da sua casa-mãe que adopta centralmente uma política de cobertura de riscos podendo, em qualquer altura reforçar o capital interno da instituição.

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

### 2. Modelo “Posições em Risco”

**POSIÇÕES EM RISCO**

Classes de Risco	Posição em risco original	Posição em risco original (média ao longo do período)
		2013
CL VI - Instituições	61.374	2.107.868
CL III - Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	37.219	44.009
CL VII - Empresas	19.553.530	19.482.777
CL VIII - Carteira de retalho	95.303.399	105.894.765
CL X - Elementos vencidos	10.124.722	10.241.024
CL XIII - Outros elementos	42.647.691	48.864.195
CL I - Administrações centrais ou bancos centrais	742.852	1.528.377
CL II - Administrações regionais ou autoridades locais	25.484	24.127
<b>TOTAL</b>	<b>168.496.270</b>	<b>188.187.142</b>

Unidade: Euros

**3. Modelo “Distribuição Geográfica das Posições em Risco”**

A repartição geográfica das posições em risco da actividade da RCI GEST IFIC está na sua totalidade afecta a Portugal.

**4. Modelo “Distribuição Sectorial das Posições em Risco”**

**DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS POSIÇÕES EM RISCO**  
(em % da posição em risco original)

Classes de Risco	Autoridades regionais ou autoridades locais		Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos		Empresas		Carteira de retalho	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Crédito Vencido	0,022%	0,011%	0,032%	0,034%	10,989%	14,013%	77,909%	77,068%
Crédito vencido há menos 3 meses							0,000%	0,000%
Crédito vencido há mais de 3 meses							11,048%	8,874%
% do total da posição em risco original	0,022%	0,011%	0,032%	0,034%	10,989%	14,013%	88,957%	85,942%

## 5. Modelo “Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objecto de Imparidade”

### REPARTIÇÃO DAS POSIÇÕES EM RISCO VENCIDAS E OBJECTO DE IMPARIDADE

		Posições em risco vencidas		Posições em risco objecto de imparidade		Correcções de valor e Provisões	
		2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>Total das posições:</b>							
Decomposição pelos principais Sectores Económicos:							
Autoridades regionais ou autoridades locais	0	0	19.877	13.029	0	0	
Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos	0	0	29.031	40.403	0	0	
Empresas	0	0	10.070.826	18.690.188	0	0	
<b>Carteira de retalho</b>	<b>10.124.722</b>	<b>10.569.623</b>	<b>71.398.404</b>	<b>91.791.423</b>	<b>-10.592.468</b>	<b>-10.433.874</b>	
<b>Posições em risco vencidas e objecto de imparidade: posições em risco originais.</b>							<b>Unidade: Euros</b>

## 6. Modelo “Correcções de Valor e Provisões”

### CORRECÇÕES DE VALOR E PROVISÕES

Correcções de Valor e Provisões	2013			2012		
	COBRANÇA DUVIDOSA	CRÉDITO VENCIDO	RISCOS GERAIS DE CRÉDITO	COBRANÇA DUVIDOSA	CRÉDITO VENCIDO	RISCOS GERAIS DE CRÉDITO
<b>Saldo inicial</b>	<b>273.469</b>	<b>10.160.405</b>	<b>1.810.284</b>	<b>234.962</b>	<b>11.650.026</b>	<b>2.277.668</b>
Dotações	609.310	446.609	129.041	135.403	597.684	205.180
Utilizações	0	619.536	0	0	1.601.011	0
Reposições/Anulações	79.376	198.413	683.393	96.897	486.294	672.561
Outros ajustamentos:						
- Ajustamentos por diferenças cambiais						
- Transferências de provisões						
- Combinacões de actividades						
- Aquisições e alienações de titais						
- Outros						
<b>Saldo final</b>	<b>803.403</b>	<b>9.789.064</b>	<b>1.255.931</b>	<b>273.469</b>	<b>10.160.405</b>	<b>1.810.284</b>

Unidade: Euros

## 7. Modelo “Prazo de Vencimento Residual”

### PRAZO DE VENCIMENTO RESIDUAL (em % da posição em risco original)

Classes de Risco	VR < 1 ano		1 ano < VR < 5 anos		5 anos < VR < 10 anos		VR > 10 anos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
CL VIII - Carteira de retalho	56.132.641	70.544.431	38.979.125	40.073.842	191.634	215.310		
CL X - Elementos vencidos	865.529	905.296	1.466.569	1.764.658	8.339.862	8.287.504		
em % do total da posição em risco original								

Unidade : Euros

## Anexo V-B – Risco de Crédito – Método Padrão

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1.1. Identificação das agências de notação externa (ECAI1) e das agências de crédito à exportação (ECA2) utilizadas;

A RCI GEST IFIC, SA utiliza o método padrão para cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito.

## 1.2. Descrição do processo utilizado para afectar as avaliações de risco dos emitentes ou das emissões aos elementos incluídos na carteira bancária.

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

### 2. Modelo “Método Padrão”

	Classe de Risco:	Ponderações de Risco								TOTAL
		0%	10%	20%	30%	75%	100%	150%	Outros ponderadores	
1. Ponderação em risco original por classe de risco:	CL VI - Instituições CL III - Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos CL VII - Empresas CL VIII - Carteras de reatamento CL X - Elementos veiculados CL XII - Outros elementos CL I - Administrações centrais ou bancos centrais CL II - Administrações regionais ou autoridades locais	\$1.374					37.219			61.374
							19.553.550			19.553.550
							55.553.555			55.553.555
							10.124.722			10.124.722
							42.647.651			42.647.651
							742.352			742.352
										25.624
TOTAL ponderações em risco original:										159.456.270
2. Ponderação em risco por classe de risco (baseado na incidência dos ponderadores):	CL VI - Instituições CL III - Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos CL VII - Empresas CL VIII - Carteras de reatamento CL X - Elementos veiculados CL XII - Outros elementos CL I - Administrações centrais ou bancos centrais CL II - Administrações regionais ou autoridades locais						23.031			23.031
							16.715.155			16.715.155
							59.057.692			59.057.692
							33.555.555			33.555.555
							10.124.722			10.124.722
							42.647.651			42.647.651
							742.352			742.352
										19.877
TOTAL ponderações em risco:										110.543.555
D. TOTAL ponderações pelo risco N.R.										
Ponderação em risco deduzida aos fundos próprios por classe de risco:	CL VI - Instituições CL III - Organismos administrativos e empresas sem fins lucrativos CL VII - Empresas CL VIII - Carteras de reatamento CL X - Elementos veiculados CL XII - Outros elementos CL I - Administrações centrais ou bancos centrais CL II - Administrações regionais ou autoridades locais									
TOTAL ponderações em risco deduzidas aos fundos próprios:										
(*) Produtos "Total das ponderações em risco" por "ponderadores de risco".										Unidade: Euros

## Anexo V-C – Risco de Crédito – Método das Notações Internas

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## Anexo VI – Técnicas de Redução do Risco de Crédito

Existe uma grelha de Score, definida pela RCI Banque, casa-mãe, cabendo a manutenção do Sistema de Score a técnicos especialistas da RCI BANQUE que assumem essa função para todas as filiais do Grupo. O Score de um dossier constitui um instrumento de ajuda à tomada de decisão do Analista de Risco. Estes dois factores conjugados

permitem assegurar a segregação de funções relativamente à Direcção que obtém os contratos, visto que a Aceitação se integra no Departamento de Clientes.

As Regras de Aceitação de Financiamento relativas aos clientes de cada segmento (particulares e empresas), e a renovação dos limites das linhas já aceites, bem como indicadores de seguimento da performance /gestão operacional, são definidas pela Direcção de Clientes respeitando os critérios definidos pelo Grupo RCI BANQUE.

O Financiamento da Rede de distribuição exige uma prática continuada de um seguimento da situação económico-financeira das sociedades através da recolha de indicadores de curto e médio / longo prazo.

Existe uma classificação de risco de crédito – designada de cotação – a que está associada não só o tipo de financiamento a que o cliente poderá ter acesso, mas também, o limite de financiamento a conceder, privilegiando-se os critérios objectivos completados pela avaliação do Analista Financeiro.

Ao controlo do risco de crédito Rede está subjacente o seguimento e evolução destes indicadores que se encontram compilados num ficheiro base de seguimento de risco –“ Tableau de Bord de Indicadores de Risco de Crédito (TBIRC) ” que permite seguir a evolução de cada sociedade /parceiro Rede, bem como permite detectar o nível de risco.

- Indicadores de médio prazo: evolução da estrutura financeira dos concessionários, e dos grupos a que eventualmente pertençam, avaliada com base nas Demonstrações Financeiras anuais e complementado por um dossier sistematizado que contempla as informações relativas à sociedade do decorrente período.
- Indicadores de curto prazo, nomeadamente:
  - a evolução da rentabilidade, avaliada com base no seguimento das contas de exploração por actividade dos mesmos, a evolução do comportamento de pagamento, avaliada com base no seguimento diário, os resultados das auditorias regulares de stocks subjacentes às linhas financiadas pela RCI Banque.
- Em caso de não respeito das regras mínimas dos rácios financeiros mínimos de aceitação de risco pela RCI Banque ou em caso de degradação financeira, através dos indicadores do TBIRC, são tomadas medidas preventivas ou correctivas definidas em procedimento em função do grau de risco podendo passar desde a apresentação de um Plano de Acção para reestruturação económica financeira, à limitação da exposição de risco, ao reforço de garantias, ou mesmo em certos casos a denúncia ou suspensão Convenção originando o fim do financiamento ao concessionário por parte da RCI Banque. Estão também previstas análises às

demonstrações financeiras da Rede, em caso de degradação da cotação ou débil estrutura financeira, realizadas por auditor independente.

## Anexo VII – Operações de Titularização

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## Anexo VIII – Riscos de Posição, de Crédito de Contraparte e de Liquidação da Carteira de Negociação

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## Anexo IX - Riscos Cambial e de Mercadorias das Carteiras Bancária e de Negociação

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## Anexo X - Posições em Risco sobre Ações da Carteira Bancária

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## Anexo XI- Risco Operacional

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1.1. Descrição da metodologia de cálculo dos requisitos de fundos próprios;

A RCI GEST IFIC, SA, reporta a informação sobre os requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional determinados de acordo com o método do Indicador Básico, em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Parte 1, do Anexo I do Aviso n.º 9/2007. Deste modo, os requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional correspondem a 15% da média dos últimos três anos do indicador relevante anual positivo.



## 1.2. Indicação dos elementos contabilísticos considerados para cálculo do indicador relevante, no caso de utilização do método do Indicador Básico;

Com base nas categorias contabilísticas respeitantes à conta de ganhos e perdas das instituições, de acordo com o artigo 27.º da Directiva n.º 86/635/CEE, de 8 de Dezembro, relativa às contas anuais das instituições financeiras, o indicador relevante é igual à soma dos elementos contidos no quadro abaixo, devendo cada um dos elementos ser incluído na soma com o respectivo sinal positivo ou negativo.

- |  |
|--|
| + Receitas de juros e proveitos equiparados                      |
| - Encargos com juros e proveitos equiparados                     |
| +Receitas de acções e outros títulos de rendimento variável/fixo |
| +Comissões recebidas   |
| -Comissões pagas   |
| +Resultado proveniente de operações financeiras                  |
| +Outros proveitos de exploração                                  |
| <b>TOTAL</b>   |

Os elementos constantes deste quadro poderão ser ajustados, se necessário, de modo a reflectir as condições previstas no n.º 5 da Parte I do Anexo I do Aviso 9/2007.

## 1.3. Indicação dos elementos contabilísticos considerados no cálculo do indicador relevante e critérios de atribuição por segmento de actividade, no caso de utilização do método *Standard*;

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## 1.4. No caso de utilização do método de Medição Avançada:

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## 1.5. No caso de utilização combinada dos métodos referidos anteriormente, deve, também, ser divulgado o âmbito e a cobertura dos diferentes métodos utilizados pela Instituição, por segmento de actividade.

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

### 2. Modelo “Risco Operacional”

RISCO OPERACIONAL

Actividades	Indicador relevante			Por memória: método de Medição Avançada - Redução de requisitos de fundos próprios (Ano 0)	
	Ano -2	Ano -1	Ano 0	Perdas esperadas consideradas no quadro das práticas Internas	Mecanismos de transferência de risco
<b>1. Método do Indicador Básico</b>	<b>7.049.149</b>	<b>7.877.786</b>	<b>8.278.856</b>		
<b>2. Método Standard:</b>  - Financiamento das empresas - corporate finance - Negociação e vendas - Intermediação relativa à carteira de retalho - Banca comercial - Banca de retalho - Pagamento e liquidação - Serviços de agência - Gestão de activos					
<b>Método de Medição Avançada (a)</b>					

(a) Base de incidência, em termos de indicador relevante, das actividades sujeitas ao método de Medição Avançada.

Unidade: Euros

## Anexo XII - Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

### Secção A – Informação Qualitativa

#### 1. Informações de natureza qualitativa relativamente ao risco de taxa de juro da carteira bancária:

##### 1.1. Identificação da natureza do risco de taxa de juro da carteira bancária;

Encontra-se definida e centralizada na RCI BANQUE a política de refinanciamento e seguimento do risco de taxa de juro.

##### 1.2. Breve descrição das características do (s) modelo (s) interno (s) de medição e avaliação do risco de taxa de juro da carteira bancária e da frequência da medição do risco de taxa de juro.

O Risco de Taxa de Juro consiste na possibilidade de ocorrerem perdas nas posições patrimoniais e extrapatrimoniais em função de movimentos adversos nas taxas de juro.

Encontra-se definida e centralizada na RCI Banque a política de refinanciamento e seguimento do risco de taxa de juro. Desta forma a sociedade tendo em conta os procedimentos definidos e por forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI BANQUE - entidade não residente.

### **1.3. Descrição dos pressupostos fundamentais utilizados para o cálculo do risco de taxa de juro (incluindo os pressupostos relativos ao accionamento de cláusulas de reembolso antecipado de empréstimos e a evolução da maturidade efectiva dos depósitos sem prazo de vencimento);**

A política de refinanciamento da Sociedade encontra-se definida e centralizada na casa-mãe – RCI Banque. O seguimento do risco de taxa de juro é realizado numa base consolidada abrangendo as entidades RCI Gest – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e RCI Gest Seguros – Mediador de Seguros, Lda. Desta forma, a sociedade, tendo em conta os procedimentos definidos e de forma a minimizar o risco de transformação de taxa de juro, garante a cobertura dos seus activos mediante o recurso a operações adequadas de cobertura, celebrados com a RCI Banque – entidade não residente e domiciliada em França.

O seguimento da exposição ao risco de taxa de juro, é efectuado através de um sistema de informação, intitulado “Cristal”, que tem como referência a “Charte Cristal”.

Três pressupostos fundamentais deverão ser respeitados para o cálculo do risco de taxa de juro, fazendo parte integrante do utilitário CRISTAL:

Exactidão: trata-se de validar as informações introduzidas no CRISTAL. Isto inclui a queda da carteira de financiamentos, das taxas de reembolso antecipados e da decomposição dos financiamentos próprios a integrar.

Exaustividade: Assegurar que são considerados todos os activos e passivos. Isto inclui a cobertura de todos os financiamentos comprometidos, a introdução de todas as operações financeiras no dia da sua negociação, bem como ter em conta todos os elementos que possam ter impacto nos financiamentos próprios.



Regularidade: actualização ao dia (D+6) sem atrasos de todos os dados. Isto inclui a introdução imediata de todas as operações financeiras, de todos os novos financiamentos.

#### **1.4. Identificação das correlações materiais entre o risco de taxa de juro na carteira bancária e outros tipos de risco.**

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA;

### **2. Informações de natureza qualitativa sobre os testes de esforço realizados:**

#### **2.1. Âmbito da aplicação e Incidência**

A realização dos testes de esforço tem por objectivo analisar os incidentes de risco operacional e risco de crédito, fazer um seguimento da evolução dos mesmos, atribuir medidas correctivas e contribuir para a redução das perdas operacionais e financeiras, de forma a manter o rácio de solvabilidade em níveis aceitáveis e os requisitos Mínimos de Fundos Próprios exigidos pelo Banco de Portugal. Em suma, o equilíbrio da estrutura financeira da RCI GEST IFIC, SA.

Conforme disposto na Instrução n.º 4/2011 são testados incrementos até 30% do provisionamento referente ao crédito concedido, dando os fundos próprios provimento às necessidades inerentes.

#### **2.2. Descrição, objectivos e frequência de realização**

Como já referido, a RCI BANQUE, em cumprimento das normas de Basileia II, implementou um dispositivo de medida, acompanhamento, comunicação e reporte dos riscos operacionais aplicável a todas as filiais e sucursais, tendo como princípio geral a obrigatoriedade, por parte de todos os responsáveis de cada Macroprocesso, de comunicar ao Controlo Interno, função independente, todas as ocorrências que possam representar um risco operacional.

Sob a pilotagem do Departamento de Controlo Permanente da RCI BANQUE, uma cartografia detalhada dos riscos principais dos processos chave é divulgada junto das filiais. O exercício de cartografia é reconduzido anualmente, aumentando-se gradualmente a cobertura dos processos. Existe uma ferramenta de colecta de incidentes de risco

operacional e de indicadores principais de risco. Este dispositivo permite que cada responsável de processos possa definir qual medida de exposição e promover a sua cobertura, reduzindo as perdas directas ou indirectas daí resultantes.

Cada macroprocesso é pilotado por uma função de pilotagem. As funções de pilotagem enunciam regras de gestão/boas práticas nos procedimentos grupo ou quadro. Estas regras de gestão/boas práticas são declinadas na Cartografia dos riscos operacionais traduzindo-se em pontos de controlo.

- Controlos de 1º nível: controlo permanente cuja existência é atestada pela avaliação da Cartografia dos riscos operacionais. Controlo realizado pelos operacionais e suas hierarquias exercendo esses controles sobre os proprietários dos processos.
- Controlos de 2º nível: controlo permanente exercido pela função Controlo Interno. Controlos pontuais sobre os processos de maior risco, tendo como referencial a cartografia dos riscos operacionais.
- Controlo de 3º nível: controlo periódico efectuado ao nível do Grupo e sob a responsabilidade do director Audit e controle periódico da RCI Banque e Renault.

O objectivo final é o controlo permanente dos riscos traduzindo-se os disfuncionamentos em acções correctivas e preventivas.

## 2.3. Descrição de factores de riscos considerados materialmente relevantes pela instituição

A Cartografia dos riscos operacionais definida pelo grupo RCI Banque, assenta nos seguintes macroprocessos:

A Cartografia dos riscos operacionais definida pelo grupo RCI Banque, assenta nos seguintes macroprocessos:

Actividades
Grande público: Tarificação/ Retail: Pricing
Grande público: Aceitação-produção/Retail: Accept-produce
Grande público: Cobrança/ Retail : Making collection
Grande público & Empresas: Seguros/Retail &Corporate: Insurance
Empresas : Aceitação-produção/ Corporate: Accept-produce
Empresas : Cobrança / Corporate : Making collection
Empresas: Gestão de Empresas/Corporate:Corp. management
Crédito à rede/ Network funding
IT – Tecnologias de Informação
Recursos Humanos/ Human ressources
Contabilidade - Reporting/ Accounting - reporting
Conformidade – Controlo Interno/ Compliance - internal control
Compras/ Purchase
Logística/ Logistics
Refinanciamento : Fluxos Financeiros/ Refinancing : Financial flows
Refinanciamento: Op. Bancárias /Refinancing:Bking transactions
Refinanciamento: ALM/ Refinancing : ALM

O resultado das avaliações anuais (exercício da cartografia), relativamente ao nível dos riscos operacionais da instituição é representado por um “Tableau de Bord”, ferramenta de pilotagem interna. Apresenta-se de seguida o “Tableau de Bord 2013”, da sociedade RCI GEST – IFIC, S.A (IF 255), validado pelo Comité de Direcção, no Comité de Controlo Interno, Riscos Operacionais e Conformidade.

**Cartographie ROP 2013**  
Tableau de bord Global

## TABLEAU DE BORD MAITRISE DES RISQUES OPERATIONNELS

Precisions sur le périmètre du tableau de bord

Filiales : Portugal  
G7/HG7 : HG7

147 risques évalués

### 1- Critique

52 risques évalués  
7,69% niveau requis non atteint

### 2- Très élevé

43 risques évalués  
2,33% niveau requis non atteint

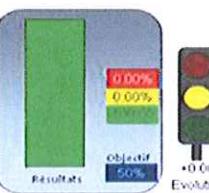
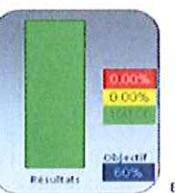
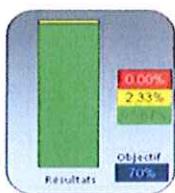
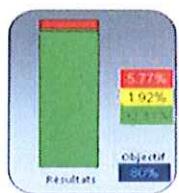
### 3- Elevé

38 risques évalués  
0% niveau requis non atteint

### 4- Moyen

14 risques évalués  
0% niveau requis non atteint

#### Maitrise du risque



## TABLEAU DE BORD MAITRISE DES RISQUES OPERATIONNELS

Precisions sur le périmètre du tableau de bord

Filiales : Portugal  
G7/HG7 : HG7

147 risques évalués

### 1- Critique

62 risques évalués  
7,69% niveau requis non atteint

### 2- Très élevé

43 risques évalués  
2,33% niveau requis non atteint

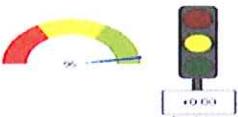
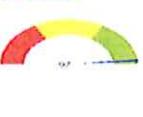
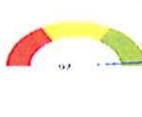
### 3- Elevé

38 risques évalués  
0% niveau requis non atteint

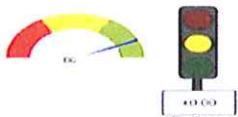
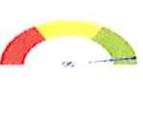
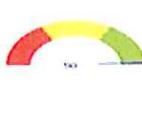
### 4- Moyen

14 risques évalués  
0% niveau requis non atteint

#### Respect des règles groupe



#### Procédures



#### Contrôles de 1er niveau



## Secção B – Informação Quantitativa / Modelos

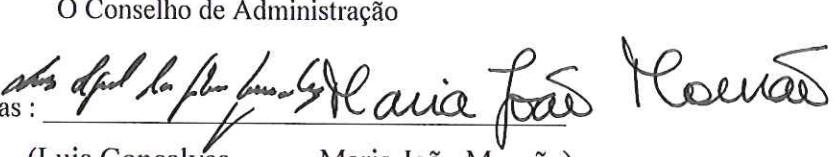
### 3. Modelo “Risco de Taxa de Juro (Carteira) ”

Não aplicável à RCI GEST IFIC, SA.

RCI Gest - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

O Conselho de Administração

Assinaturas :



(Luis Gonçalves)

Maria João Mourão